

BOLETIM INFORMATIVO

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE HABITAÇÃO E URBANISMO
 DA DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO

EDITORIAL

A partir da edição de janeiro de 2021, o NEHABURB adota novo formato para o seu Boletim Informativo, com o intuito de tornar esse material mais rico e atrativo aos membros da Defensoria Pública de São Paulo e aos interessados externos.

Nele, divulgaremos as ações do Núcleo e da Defensoria Pública na temática de Habitação e Urbanismo, decisões judiciais que representam precedentes importantes para a atuação dos(as) profissionais da instituição, eventos e materiais de leitura e audiovisuais para aprofundamento nas questões sobre o direito à moradia, planejamento urbano, gestão democrática das cidades, habitação de interesse social, conflitos fundiários, políticas públicas habitacionais, dentre outros temas.

A periodicidade deste Boletim será mensal, abarcando o intervalo entre as reuniões ordinárias do NEHABURB, que acontecem sempre na primeira sexta-feira do mês.

Convidamos todos e todas a contribuírem com a indicação de conteúdos e sugestões em geral, através do e-mail: nucleo.hu@defensoria.sp.def.br.

Boa leitura!

Equipe do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública de São Paulo

FIQUE POR DENTRO:

ATIVIDADES



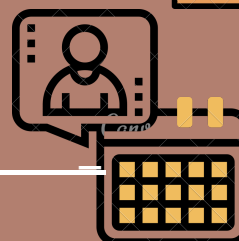
02

JURISPRUDÊNCIA



04

EVENTOS



05

INDICAÇÕES



06

ATIVIDADES



AQUI VOCÊ ACOMPANHA AS
AÇÕES DO NÚCLEO E DA
DEFENSORIA PÚBLICA NA
TEMÁTICA DE HABITAÇÃO E
URBANISMO



MOBILIDADE URBANA

O NEHABURB, o NEDIPED e o NUDECON, em conjunto, ingressaram com ação civil pública em que pedem a manutenção do direito à gratuidade no transporte público municipal e metropolitano de São Paulo a pessoas idosas de 60 a 64 anos que já tinham preenchido o critério etário antes das normas que puseram fim à gratuidade. Acesse a Inicial [aqui](#).



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O NEHABURB elaborou o Parecer nº 01/2021 em que analisa a legalidade da minuta de contrato formulada para pactuar a transferência do imóvel da ocupação Vila SOMA (Sumaré-SP) dos proprietários registrais (FEMA4) para os moradores possuidores, no âmbito do acordo para a regularização fundiária do núcleo urbano. Acesse [aqui](#).



REMOÇÃO POR RISCO E ATENDIMENTO HABITACIONAL

Defensoria alerta para risco de desabamento de casa agravado por chuvas e obtém auxílio aluguel a família em São Sebastião. Saiba mais [aqui](#).

ATIVIDADES



AQUI VOCÊ ACOMPANHA AS
AÇÕES DO NÚCLEO E DA
DEFENSORIA PÚBLICA NA
TEMÁTICA DE HABITAÇÃO E
URBANISMO



REINTEGRAÇÃO DE POSSE E PANDEMIA

Defensoria obtém decisão do STF que suspende reintegração de posse no Quilombo Coração Valente, em Jacareí, com cerca de mil moradores, em razão da pandemia. Saiba mais [aqui](#).

NEHABURB atualiza modelo de petição com pedido de suspensão de reintegração de posse em razão da pandemia Covid-19, para suporte à carreira. Acesse [aqui](#).



CONFLITOS FUNDIÁRIOS

A EDEPE (Escola da Defensoria Pública de São Paulo) publicou chamada para a submissão de artigos para o seu próximo número (v.3 n.1 jan/jun 2021), que trará o dossiê temático Conflitos fundiários, direito à cidade e à moradia: reflexões a partir dos 20 anos do Estatuto da Cidade, proposto pelo grupo de pesquisa Defensoria Pública e conflitos fundiários. Acesse o edital [aqui](#).



Gestão do risco e regularização fundiária

Direito administrativo. Área de risco. Danos ao meio ambiente urbano conjugados. Ocupação informal. Desocupação determinada por sentença de procedência integral. Mora administrativa ora fixada no descumprimento do dever de proceder a regularização fundiária. Art. 30 da Lei nº 13.465/17. Pretendida desocupação da área que se sujeita à impossibilidade do manejo da situação de risco. Art. 39, § 2º, da Lei nº 13.465/17. Ação civil pública ora julgada parcialmente procedente, determinando-se a instauração de REURB conforme cronograma a ser fixado em fase de cumprimento da sentença. Danos ambientais a serem contemplados no REURB. Recursos parcialmente providos.

(TJSP, Apelação nº 1028964-03.2017.8.26.0224, Apelantes: Defensoria Pública de São Paulo e Prefeitura de Guarulhos; Apelado: Ministério Público de São Paulo)

O Tribunal de Justiça de São Paulo deu parcial provimento ao recurso de apelação da Defensoria Pública para reformar sentença proferida em ACP ajuizada pelo Ministério Público e determinar a condenação do Município de Guarulhos a promover a regularização fundiária do núcleo urbano em questão, autorizada a realocação de pessoas se e quando verificada a impossibilidade de manejo da situação de risco nos termos do §2º do art. 39 da Lei nº 13.465/2017. A decisão de 1º instância havia dado procedência ao pedido do 'Parquet' para obrigar que a municipalidade ré promovesse a remoção dos ocupantes da área descrita na inicial, ante a existência de risco e por se tratar de área de proteção ambiental (APP). O recurso da Defensoria Pública sustentou, com fundamento na Lei 13.465/17, que ante a previsão legal da possibilidade da regularização fundiária em APP e em áreas com risco geotécnico/geológico, com a consequente melhoria ambiental e eliminação dos riscos, há dever legal do Município de promoção da REURB S garantindo-se a permanência dos moradores no local. Leia o acórdão na íntegra [aqui](#).



Suspensão de reintegração de posse e pandemia

Na decisão que concedeu medida cautelar em RE, o Ministro do STF, Alexandre de Moraes, considerou o aumento de casos de Covid-19 e o potencial de disseminação da doença, caso ocorresse a reintegração de posse. "A realização deste ato no presente momento, em que se verifica recrudescimento os casos de infecções e mortes pelo vírus do covid-19, certamente elevaria a exposição das pessoas à grave doença. Registre-se estar demonstrado o número exponencial de indivíduos em situação de risco (idosos e enfermos)". Nesse sentido, determinou a suspensão da reintegração de posse, até que seja analisado o recurso extraordinário pelo próprio STF. Leia a decisão na íntegra [aqui](#).

EVENTOS

Núcleo Especializado de
Habitação e Urbanismo

O IV Encontro Internacional de Experiências de Planejamento em Contexto de Conflito Social dará continuidade aos encontros realizados em 2014, 2016 e 2017 e tem por objetivo levantar e discutir experiências de planejamento em situação de conflito social, reunir pesquisadores, militantes e instituições nacionais e estrangeiras que estejam analisando, conduzindo, promovendo e apoiando tais experiências. Link para inscrição [aqui](#).

Quando? 22 a 25 de março de 2021

Onde? Onde você estiver, através de plataforma virtual

IV Encontro Internacional de Experiências de Planejamento em Contexto de Conflito Social

De 22 a 25 de março de 2021

Inscrições e programação completa no site:
<https://neplacetertern.wixsite.com/confitual2021>



Seminário comuns urbanos: formulações e experimentos na América Latina

O Grupo de Pesquisa CUAL - Comum Urbano na América Latina tem o prazer de convidar para o primeiro seminário “Comuns Urbanos: formulações e experimentos na América Latina”, como forma de estabelecer uma plataforma de encontro para pesquisadores, professores, arquitetos, fazedores envolvidos na produção de pensamento, debate, experiência sobre o comum urbano. Entendendo a noção de comum como construção coletiva e princípio político, que propõe uma certa comunalidade da vida construída no cotidiano e opera nas fissuras entre Estado e mercado. Link para inscrição [aqui](#).

Quando? 12 a 15 de abril de 2021

Onde? Onde você estiver, através de plataforma virtual



INDICAÇÕES



IBDU e FNRU lançam Dossiê de Monitoramento das Políticas Urbanas 2020

O objetivo deste Dossiê é traçar um panorama abrangente das políticas urbanas, identificando os impactos da inflexão conservadora sobre as cidades, com foco sobre a violação dos direitos humanos e sociais e o cumprimento dos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Acesse o dossiê [aqui](#).

Seminário Nacional da União Nacional por Moradia Popular sobre os desafios da Regularização Fundiária no Brasil

O objetivo foi fortalecer as organizações comunitárias, entre favelas, ocupações e loteamentos irregulares e clandestinos, e colocar em pauta a importância da luta pelo direito à cidade. A atividade fez parte do Fórum Social Mundial 2021 #FSM2021

A gravação do Seminário está disponível na página do Facebook da União, para assistir, clique [aqui](#).



CAU/BR lança Documentário em defesa da Habitação Social como uma questão de Saúde Pública

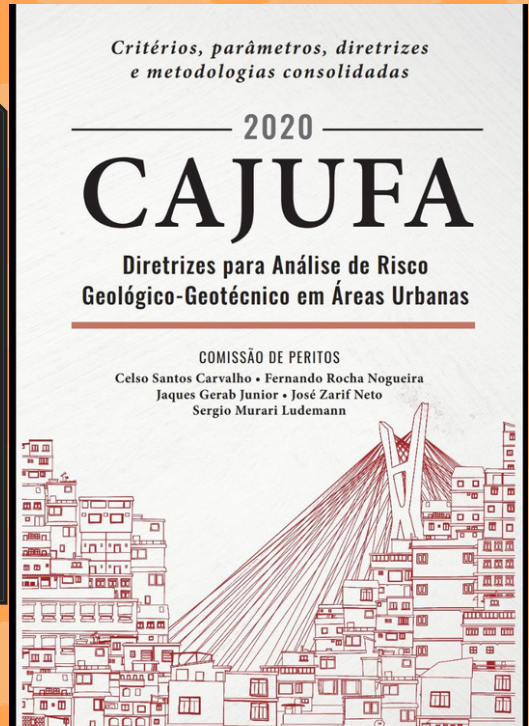
Documentário produzido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil mostra como a pandemia da covid-19 escancarou para toda sociedade o problema crônico da habitação social no país. O CAU/BR defende a implementação da Assistência Técnica Gratuita em Habitação de Interesse Social - ATHIS (garantida pela Lei 11.888/2008) como política permanente de Estado, tal como é o SUS. Assista [aqui](#).

INDICAÇÕES



Diretrizes para Análise de Risco Geológico-Geotécnico em Áreas Urbanas publicadas pelo CAJUFA (Centro de Apoio aos Juizes das Varas da Fazenda Pública) do Tribunal de Justiça de São Paulo, resultado do trabalho técnico elaborado pela Comissão de Peritos formada por Celso Santos Carvalho, Fernando Rocha Nogueira, Jaques Gerab Junior, José Zarif Neto e Sérgio Murari Ludemann.

Para acessar o material clique [aqui](#).




Seminário sobre 'Análise do risco geológico-geotécnico em áreas urbanas: diretrizes para a atuação do sistema de justiça', realizado pelo NEHABURB com o apoio da EDEPE, que contou com a participação do Juiz de Direito Coordenador do CAJUFA e com dois dos peritos que elaboraram as 'Diretrizes' mencionadas acima. A gravação do evento está disponível na plataforma EDEPE Online. Acesse [aqui](#).

ANÁLISE DE RISCO GEOLÓGICO-GEOTÉCNICO EM ÁREAS URBANAS: DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA
13 NOV 2020

Evento voltado apenas para Defensores/as Público/as

9h	Abertura Eduardo Fontes da Silva Assessor da Primeira Subdefensoria Pública Geral Guilherme Krabenhöhl Silveira Piccini Diretor de Justiça da Defensoria Pública Allan Ramalho Ferreira Coordenador do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo Raquel Valle Veraschi Coordenadora da Unidade-Fazenda Pública	Inscriva-se aqui Inscrições até 12/11 às 16h. O convite para participação será enviado apenas aos inscritos.
9h20	Áreas urbanas de risco geológico-geotécnico: perspectiva da Defensoria Pública Marina Costa Craveiro Peixoto Defensora Pública de São Paulo	EVENTO SOMENTE PARA PÚBLICO INTERNO: DEFENSORES/AS PÚBLICO/AS
9h40	Áreas urbanas de risco geológico-geotécnico: perspectiva da Advocacia Popular Julia Azevedo Moretti Advogada popular e professora assistente no curso de especialização de Direito Contratual da COGEAE/PUC/SP	
10h	Áreas urbanas de risco geológico-geotécnico: perspectiva do Poder Judiciário Antonio Augusto Gubilo de França Juiz de Direito - Titular da Quarta Vara da Fazenda Pública da Capital, Coordenador da Capital - Centro de Apoio aos Juizes da Fazenda Pública e Juiz Conjugador da Central de Mandados do Fórum da Fazenda Pública	
10h20	Diretrizes para Análise de Risco Geológico-Geotécnico em Áreas Urbanas: critérios, parâmetros, diretrizes e metodologias consolidadas Celso Santos Carvalho Engenheiro Civil, Mestre e Doutor em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo	
10h50	Diretrizes para Análise de Risco Geológico-Geotécnico em Áreas Urbanas: casos práticos Fernando Rocha Nogueira Professor associado do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFPAZ, coordenador do Laboratório de Gestão de Riscos - LABGR - UFPAZ	
11h20	Debates Participação dos colegas defensores e defensoras inscritos, com participação de todos os palestrantes	
12h	Encerramento	

O evento será transmitido ao vivo pela plataforma Microsoft Teams




Relatório aponta diretrizes para políticas de moradia pós pandemia

Por Raquel Rolnik. Acesse [aqui](#).

Patrimônio ocioso: As lições de Barcelona para as cidades brasileiras na batalha contra imóveis vazios

Por Mariana Chiesa e Bianca Tavolari. Acesse [aqui](#).

EQUIPE



Núcleo Especializado de
Habitação e Urbanismo

Allan Ramalho Ferreira
Defensor Público Coordenador

Vanessa Chalegre de A. França
Defensora Pública Coordenadora Auxiliar

Rafael Negreiros Dantas de Lima
Defensor Público Coordenador Auxiliar

Edivaldo Batista Oliveira Junior
Eveline Portela Biriba de Almeida
Oficiais

Marilene Alberini
Agente de Defensoria - Socióloga

Tatiana Zamoner Geraldo
Agente de Defensoria - Arquiteta

Estagiários(as):
Cintia de Sousa Faria
Gustavo Henrique De Oliveira Moraes
(ADM)

Ana Paula dos Santos Oliveira
Jurema Aparecida Cavalcante
Philip George Pullon Hoffmann
(DIREITO)

